

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DENTRO DE UMA CRECHE FILANTRÓPICA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

CHALLENGES AND POSSIBILITIES WITHIN A PHILANTHROPIC NURSERY: REPORT OF AN EXPERIENCE OF STAGE

Tatiane Cristina Rodrigues Lessa¹ | Isabela Vicenzo Sgobbi Tulio²

RESUMO: O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, construído a partir das vivências realizadas durante o Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: creches, como parte das atividades obrigatórias do curso de graduação em Pedagogia oferecido por uma Universidade Pública Estadual localizada no interior do Estado de São Paulo. O estágio foi realizado em uma creche pública filantrópica, na sala de berçário 1 que compreendia crianças entre 6 meses a 1 ano e 6 meses de idade e uma professora com formação em magistério que trabalhava há 6 anos na referida creche. O estágio teve duração de 100 horas. As observações realizadas evidenciaram alguns aspectos já encontrados na literatura referente à Educação Infantil como o caráter assistencialista e a priorização das atividades de cuidados em detrimento de tentativas adequadas de desenvolvimento com as crianças que frequentam a instituição. Também se destacou a falta de recursos pedagógicos na creche e a não realização das atividades previstas no planejamento da sala apesar da presença de um projeto político pedagógico adequado quanto às atividades para cada faixa etária. Acredita-se que o presente trabalho traz contribuições para reflexões sobre a educação na infância, especialmente no âmbito das creches, além de nortear futuros trabalhos na temática de creches e estágios supervisionados nos cursos de Pedagogia.

Palavras-Chave: Creches. Educação Infantil. Estágio Supervisionado.

ABSTRACT: The present work is characterized as an experience report, constructed from the experiences realized during the Supervised Curricular Internship in Early Childhood Education: crèches, as part of the compulsory activities of the graduation course in Pedagogy offered by a State Public University located in the interior of the State of São Paulo. The internship was carried out in a philanthropic public day care center, nursery room 1 that included children between 6 months to 1 year and 6 months of age and a teacher with a teaching profession who had been working in the nursery for 6 years. The stage lasted for 100 hours. The observations made evidenced some aspects already found in the literature related to Early Childhood Education such as the assistance aspect and the prioritization of care activities to the detriment of appropriate attempts to develop with the children attending the institution. Also highlighted was the lack of pedagogical resources in the day care center and the non-accomplishment of the activities planned in the planning of the room despite the presence of a pedagogical political project adequate for the activities for each age group. It is believed that the present work brings contributions to reflections on the education in the childhood, especially in the scope of the

¹ Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São Paulo, Brasil. E-mail: taticrisrl@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Rio Claro). São Paulo, Brasil. E-mail. isabelasgobbi@yahoo.com.br

creches, besides guiding future works on the theme of crèches and supervised internships in the courses of Pedagogy.

Keywords: Nursery. Child Education. Internship Supervised.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, construído a partir das vivências realizadas durante o Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: creches, como parte das atividades obrigatórias do curso de graduação em Pedagogia oferecido por uma Universidade Pública Estadual localizada no interior do Estado de São Paulo.

Na seriação ideal, tal estágio é realizado no terceiro semestre do curso e acontece de maneira articulada com uma disciplina teórica com a mesma proposta temática. Além disso, é o primeiro estágio realizado pelos alunos de Pedagogia e o seu foco é a faixa etária do zero aos três anos. Os alunos são orientados a procurarem uma instituição de Educação Infantil, de preferência municipal pública, imbuídos de uma carta de apresentação, para iniciarem o estágio de 100h para a faixa etária em questão.

Inicialmente serão sinalizadas algumas considerações a respeito da importância da Educação Infantil e, depois, a caracterização da creche na qual o estágio foi realizado, apresentando reflexões sobre os desafios e possibilidades de tal instituição.

A Educação Infantil, cada vez mais, tem ocupado um espaço importante nas discussões, políticas e propostas educacionais, tornando-se objeto de interesse para muitos pesquisadores comprometidos em entender a história das instituições e do atendimento às crianças pequenas e, por meio de diferentes pesquisas, apontar caminhos para melhorias efetivas nesse campo da educação. A infância tornou-se uma fase muito estudada por diferentes teorias que se preocupam, dentre outros aspectos, com a questão do desenvolvimento infantil. A própria sociedade também tem olhado com mais afinco para a Educação Infantil, etapa tão importante para o desenvolvimento da criança. (BEE, 2011). Torna-se importante salientar os avanços legais no contexto brasileiro que traduzem uma preocupação cada vez maior com a infância como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) na qual a criança foi reconhecida como sujeito de direitos e essa foi uma conquista muito significativa. Dois anos depois, em 1990, aprovou-se o Estatuto da Criança e da Adolescência (BRASIL, 1990), outra conquista substancial para a infância brasileira. E em 1996, com a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) a Educação Infantil foi reconhecida como primeira etapa da Educação Básica, passando da área da assistência social/saúde para a educação. Tal avanço reforçou a ideia de que a Educação Infantil é direito da criança e que, portanto, a questão da qualidade precisa ser pensada e garantida desde o início da frequência da criança em uma instituição.

Outro exemplo da valorização e reconhecimento da Educação Infantil foi a publicação, em 1998, do chamado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998). Esse referencial traz, em três volumes³, aspectos norteadores de suma importância para a organização e manutenção da qualidade no trabalho com as crianças que frequentam a Educação Infantil. O primeiro volume agrega aspectos introdutórios da importância da Educação Infantil, por meio da apresentação das concepções sobre criança, educação e profissional de Educação Infantil. O segundo volume apresenta aspectos relacionados com a formação pessoal e social tendo em vista a faixa etária da Educação Infantil, objetivando contribuir para a construção da identidade e autonomia das crianças e, ainda, apresenta aspectos importantes a serem levados em conta para a estruturação do ensino enquanto atividade de crescimento social e emocional das crianças. Já o terceiro volume, intitulado “Conhecimento de mundo” é organizado de forma a apresentar seis eixos de trabalho que possibilitem à criança conhecer e construir diferentes linguagens: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Todo o referencial é permeado pela ideia de que o professor terá papel fundamental no arranjo do ambiente necessário ao pleno desenvolvimento das crianças, ainda que muito pequenas.

Pode-se perceber, portanto, que as preocupações e discussões com a Educação Infantil no contexto brasileiro são recentes e assim, são muitos os desafios que se colocam para tal âmbito, envolvendo aspectos ligados, por exemplo, à formação de professores, com o próprio espaço físico das instituições e com questões curriculares.

No Brasil, a concepção assistencialista marca a história da Educação Infantil, sendo que as primeiras instituições para acolher as crianças traziam justamente essa marca de assistencialismo e filantropia, priorizando o cuidado físico e integridade, com preocupações voltadas para a guarda, a alimentação, cuidados com a saúde e a higiene (KUHLMANN JR, 1998). Assim, a creche nasceu vinculada à necessidade da mãe trabalhadora, ou seja, os objetivos eram cuidar dessa criança enquanto a mãe não podia. Mancini (1944) aponta que as creches nasceram como auxiliares da família e inclusive as define como um mal necessário, no sentido de existir por conta de uma desorganização moral e econômico da sociedade.

Esse percurso histórico deixou marcas nas representações que foram construídas em torno da Educação Infantil. Porém, aos poucos, as lutas pela qualidade da Educação Infantil foram ganhando força e espaço. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estágio em uma creche pública de caráter filantrópico e contribuir com as discussões acerca desse contexto educacional.

³ Volume 1: Introdução; Volume 2: Formação pessoal e social; Volume 3: Conhecimento de mundo.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como uma observação de campo segundo Cozby (2003). Nesse tipo de trabalho Cozby (2003) aponta que o pesquisador realiza observações no ambiente de campo por um grande espaço de tempo e apresenta um relatório que inclui observações e interpretações realizadas pelo mesmo.

Dessa forma, a presente pesquisa relata uma experiência de estágio em uma creche pública de caráter filantrópico de uma cidade do interior do Estado de São Paulo cujas observações se deram por 17 dias úteis consecutivos totalizando 100 horas ao longo do primeiro semestre do ano de 2017.

A creche onde foram realizadas as observações tem 50 anos e é mantida com recursos próprios, de doação ou de bazares para arrecadar fundos. Sua capacidade de atendimento é de cerca de 60 crianças abrangendo idades que variam entre 4 meses a 5 anos de idade (berçário a pré-escola) e, para o presente trabalho, apenas a sala do berçário 1 foi acompanhada. Nessa sala eram atendidas 6 crianças com idade entre 6 meses e 1 ano e 6 meses, caracterizando um público diverso dentro de um mesmo espaço.

A responsável pela sala era uma professora do sexo feminino cuja formação foi realizada no magistério e que já trabalhava há 6 anos na referida creche. Vale ressaltar que o berçário 1 não possuía auxiliar de classe e contava com espaço amplo dividido em duas partes sendo uma para os cuidados de higiene e outra com berços e brinquedos.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o diário de campo com as anotações realizadas pela estagiária das atividades diárias organizadas pela professora bem como demais aspectos que se julgasse relevante. Os resultados foram agrupados, por meio das anotações e organizados conforme as temáticas encontradas e serão apresentados a seguir juntamente com as discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro dado levantado por esse trabalho, a partir do que foi observado no período do estágio, refere-se ao aspecto extremamente assistencialista no trabalho com as crianças, especialmente aquelas que estão no berçário 1. Podemos pensar talvez que, devido a pouca idade das crianças, haja certa dificuldade, por parte da professora responsável, em relação a quais tarefas sugerir e propor dentro do contexto escolar. Em momento algum foi percebido pela estagiária uma intencionalidade voltada para aspectos educativos mais amplos que não fossem os relativos a autocuidados e inclusive a professora responsável relatou à estagiária que, dada a idade das crianças, era difícil realizar tarefas educativas e, portanto, as atividades se relacionavam muito

mais aos cuidados de vida diária das crianças e, nesse sentido, parece que as tarefas de autocuidados não eram entendidas como educativas por parte da professora. Segundo Martins (2009),

o trabalho pedagógico dirigido às crianças de zero a três anos, indiscutivelmente, encerra grandes desafios. Nenhum outro segmento educacional parece-nos tão representativo da “pedagogia da espera” quanto o que se destina às crianças dessa faixa etária, ou seja, da ideia segundo a qual há pouco que se fazer até que elas cresçam! Essa ideia, lamentavelmente, tem atravessado os tempos e conformado modelos de atendimento em creches (em especial públicas) que avançam pouco além da garantia aos cuidados básicos de alimentação, higiene, segurança etc. (MARTINS, 2009, p. 93).

Durante o período de estágio foi justamente a situação descrita por Martins (2009) que encontramos na creche: preocupação voltada apenas para os cuidados básicos com os bebês, garantindo sua integridade física e pouco espaço para outras atividades que envolvessem habilidades ou fins educativos mais amplos. Além disso, o que percebemos durante o estágio se assemelha aos dados encontrados no trabalho de Silva (2009), que observou uma creche municipal pública e constatou que quanto menor a idade, maior o número de atividades de cuidado e, que a educação está voltada ao cuidado físico das crianças, priorizando-se a higiene pessoal, a alimentação e o sono.

Aqui podemos elencar um questionamento bastante importante: será que o professor teria a consciência de que muitas atividades educativas, para além dos cuidados físicos, poderiam ser apresentadas e desenvolvidas mesmo para crianças tão pequenas? Será que o professor compreende que o próprio cuidado pode ser educativo e intencionalmente planejado, ensinando para a criança o respeito com o corpo, desenvolvendo situações de cuidado acolhedoras? Obviamente não se pretende culpabilizar o professor ou atribuir a ele unicamente a responsabilidade por essa consciência. Faz-se necessário retomar o conceito de trabalho educativo, defendido por Saviani (2012) e que, no nosso entendimento, deve ser realizado pela escola como um todo:

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto de educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos de espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para construir esse objetivo (SAVIANI, 2012, p.13).

Dessa forma, pensar em atividades voltadas para o aprendizado dessa cultura seria essencial para que a criança, mesmo que pequena, já pudesse se apropriar da cultura na qual vive e, também, dos conceitos fundamentais que a auxiliariam em sua condição humana. Acredita-se que, mesmo com crianças de um ano de idade tais questões já podem ser inseridas, sejam pela

exploração, apresentação ou quaisquer outras formas que fossem julgadas adequadas pela professora. Defender o ensino na Educação Infantil não significa excluir o lúdico, mas propiciar para a criança a sua humanização. Isso implicaria em, por exemplo, apresentar a essa criança um livro (adequado a sua idade) explorando esse objeto das mais variadas formas possíveis, pois seria esse um dos movimentos que auxiliariam a criança a se apropriar de um objeto da cultura letrada.

Nesse sentido, concorda-se com o que Silva (2009) defende, ou seja, que o trabalho desenvolvido na Educação Infantil, o qual inclui o berçário, deve integrar características de educação e cuidado, atentando-se para as necessidades do desenvolvimento das crianças.

Outro ponto a ser destacado que foi perceptível durante as observações no período de estágio foi a pobreza da linguagem utilizada pela professora com as crianças. Esse é outro elemento bastante preocupante, pois de todas as crianças presentes poucas se expressavam por meio da linguagem e, também, não estavam sendo estimuladas para que esse processo acontecesse. Martins (2009) ressalta que o bebê é um ótimo ouvinte, mas que muitas vezes pouco se fala com ele. É sabido, conforme explicita Luria (1986), que a linguagem humana é um complexo sistema de códigos capaz de explicitar objetos, características, relações ou ações; é o que diferencia os homens dos animais e, nesse sentido, seria extremamente necessária sua estimulação desde cedo no cotidiano das crianças e, aqui, acredita-se que esse seria um dos papéis fundamentais da escola para a faixa etária das crianças em questão.

Percebeu-se que algumas contradições ainda estavam presentes no contexto em que foi desenvolvida essa experiência de estágio, pois se por um lado a creche mostrava-se bastante organizada e cuidadosa em relação às atividades de cuidados das crianças, por outro lado, deixava a desejar no quesito educacional. Aqui, retoma-se o que Kramer, Nunes e Corsino (2011) apontaram sobre as dificuldades de pensar a Educação Infantil como uma unidade educacional, o que traz alguns questionamentos que permeiam a ideia da necessidade de se obter uma relação entre os objetivos e finalidades que se quer com esse processo. Ou seja, existe a necessidade de uma sistematização de um currículo e métodos de funcionamento mesmo em instituições de Educação Infantil filantrópicas, pois se o mesmo não existir cairemos novamente no assistencialismo.

Ressalta-se que não se pretende desmerecer o zelo e cautela da instituição no atendimento prestado às crianças que a frequentavam, sabendo que para muitas crianças que estavam ali, essa era uma condição ímpar dado o contexto de alta vulnerabilidade às quais essas crianças estavam expostas. Todavia essa não pode ser uma justificativa para não defendermos e registrarmos a necessidade de melhorias no sistema de ensino, pois é um direito da criança ter um ambiente de qualidade, que proporcione seu pleno desenvolvimento e aprendizado.

Acredita-se, portanto, no que foi explicitado por Saviani (2012) que “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (p.14) e, nesse sentido, deve-se pensar nesse saber mesmo para a educação mais básica obedecendo, obviamente, os limites e conquistas destinados ao saber em cada idade. Defendemos, nesse sentido, assim como Silva (2013), que as creches são sim escola e como tal precisam de uma organização político-pedagógica e seu papel é de ultrapassar as barreiras do senso comum. A esse respeito Silva (2013) afirma ainda que é papel do educador estimular o bebê para que ele possa se desenvolver de maneira integral e sobre a necessidade de questionamento sobre o que é possível propor para o trabalho pedagógico com bebês. A autora afirma que:

o primeiro passo é a desmistificação que o bebê não aprende, que é um ser amorfo, o qual só necessita de cuidados com sua higiene e alimentação. O educador vai trabalhar com o bebê para além do simples cuidado, vai, de fato, atrelar cuidado ao ensino. Porém, para isso é preciso planejamento. Ou seja, assim como nos outros níveis de ensino, o educador irá planejar o que deverá ser feito com o bebê, quais conteúdos de ensino irá desenvolver. (SILVA, 2013, p. 63).

Destaca-se, ainda, que houve a tentativa da coordenação da instituição em propor atividades educativas a serem desenvolvidas com o berçário, pois isso estava descrito no Projeto Político Pedagógico e, assim, a coordenadora apresentou à professora sugestões de atividades a serem realizadas. Além disso, em conversa com a diretora a mesma apontou que pesquisava bastante sobre recursos e possibilidades que deveriam ser ofertadas às crianças mesmo que ainda pequenas. No entanto, apesar dessas iniciativas da gestão escolar, não houve apropriação pela professora em nenhum momento em que houve a realização do estágio e, vale ressaltar que a professora sinalizou a estagiária a desmotivação na realização de seu trabalho atribuindo esse sentimento às poucas possibilidades e recursos da creche em questão para melhor exploração do ambiente e das atividades.

Por outro lado, não foi percebido nenhum movimento no sentido de acompanhar o trabalho realizado pela professora seja pela diretora ou coordenadora no período em que a estagiária esteve presente na sala e, talvez por isso, não houve a execução dos conteúdos previstos no planejamento. Nesse sentido um questionamento vem à tona: se houvesse algum tipo de acompanhamento, a professora da sala realizaria o que estava previsto no projeto pedagógico? A resposta a essa pergunta não se pode prever, entretanto, surge aqui o olhar para a necessidade de um acompanhamento no sentido de motivar a professora da sala e, ainda, para a necessidade de *feedbacks* e elogios adequados as suas condutas em sala de aula na tentativa do desempenho de um melhor trabalho e reconhecimento.

Temos novamente o “rei nú” citado por Abramovay e Kramer (1991), pois, se de um lado temos iniciativas para que tais problemas sejam minimizados dentro da Educação Infantil,

por outro lado, temos um descaso ímpar tanto no que diz respeito à solucionar os desafios e questionamentos aqui citados como na iniciativa de propor soluções que não sejam utópicas para, finalmente, poder surgir uma educação de qualidade e, não uma educação apenas vestida com uma nova roupagem que evidencia os mesmos problemas apontados.

Nesse sentido, deve-se pensar na gama de possibilidades que o trabalho da Educação Infantil pode ter e, nesse caso, deixou de explorar. Frente a isso, entende-se que o adulto terá papel fundamental e decisivo no desenvolvimento infantil e, conforme aponta Silva (2013) é por meio da estimulação e do trabalho intencional que se potencializa o desenvolvimento integral infantil. E, ainda conforme salientado pela mesma, autora, não deve se aceitar a hipótese de que o desenvolvimento seja algo espontâneo, natural ou inato, mas que depende de fatores presentes especialmente na relação com os adultos e que, portanto devem ser investimentos necessários nas creches.

Frente a tal perspectiva acredita-se que o trabalho pedagógico deve ser planejado ainda na Educação Infantil e conforme aponta Silva (2013) o professor de Educação Infantil deve ser um profissional atento às demandas geradas pelos bebês e que, atuando de forma intencional, poderá promover o desenvolvimento do mundo social na criança.

A missão do pedagogo é estar um passo à frente do desenvolvimento psíquico das crianças, formar o novo em seu desenvolvimento psíquico, facilitar o desenvolvimento do novo. O pedagogo não pode partir somente do nível de desenvolvimento existente. Deve se orientar para as perspectivas do desenvolvimento, sobretudo para as mais próximas, e, governado por elas, dirigir o desenvolvimento da criança (SILVA, 2013, p.62).

Dessa forma, vale ressaltar que muitos conteúdos, atividades e materiais para serem explorados nas diferentes etapas da Educação Infantil são hoje encontrados em diversas formas como é o caso, por exemplo, do trabalho de autoras citados ao longo desse trabalho. Alguns textos e artigos já abordam e exploram sugestões específicas e claras do que se pode trabalhar na Educação Infantil, mesmo para as menores faixas etárias, visando tendo sempre em vista cada fase do desenvolvimento infantil.

Outro exemplo nesse sentido advém do próprio Referencial Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) que também apresenta propostas de como poderia ser desenvolvido o trabalho pedagógico com crianças da Educação Infantil. A própria facilidade da *internet* permite que muitas e boas ideias sejam compartilhadas!

Todavia, resta-nos questionar porque essas atividades não ocorrem? Seria a falta de incentivo mencionada anteriormente? Seria uma falta de padronização de atividades sugeridas por órgãos centrais? Ou seria, ainda, o pensamento de que a Educação Infantil continua tendo como objetivo apenas os cuidados físicos?

Diante de tais questionamentos, os quais não podemos responder plenamente, defendemos que os profissionais da educação precisam refletir sobre os apontamentos mencionados acima, de modo a proporcionar a reflexão do próprio trabalho docente que está sendo desenvolvido ou do que se espera dele. Salientamos ainda que os questionamentos apontados podem e devem ser trabalhados e problematizados no âmbito da formação inicial, com futuros professores, em situações de estágio, por exemplo. Da mesma forma, pensar em programas de formação continuada é extremamente necessário. Nesse sentido, Perrenoud (2002) destaca que:

a formação inicial tem de preparar o futuro professor para refletir sobre sua prática, para criar modelos e para exercer sua capacidade de observação (*apud* Lafortune; Mongeau; Pallascio, 1998). Nada disso pode ser adquirido por um toque de mágica, só pelo fato do professor ter passado por êxitos e fracassos. Todos nós refletimos para agir, durante e depois da ação, sem que essa reflexão gere aprendizagens de forma automática. Repetimos os mesmos erros, evidenciamos a mesma cegueira, porque nos falta lucidez, coragem e método. Alguns têm uma capacidade infinita de rejeitar a responsabilidade por aquilo que não dá certo, culpando ou os acontecimentos ou a falta de “sorte”; outros, ao contrário disso, acusam-se de todas as incompetências e batem incessantemente no peito reconhecendo sua culpa. Nenhuma dessas atitudes contribui para uma prática reflexiva, já que nenhuma delas provoca um verdadeiro trabalho de análise, um trabalho sem complacência, sem resultar na autojustificação e no autodesprezo (PERRENOUD, 2002, p.17).

Ademais, ainda olhando para a formação de professores, temos os apontamentos de Pletsh (2009), que propõe que o profissional deve pensar em todo desafio que permeia o contexto educacional, ou seja, que essa formação deveria ter como foco a produção de conhecimento para novas atitudes que auxiliassem o professor a compreender as situações complexas de ensino a fim de que esse pudesse desempenhar da melhor forma possível o ensino responsável e satisfatório. Aragão e Kreutz (2010) nos trazem um alerta:

[...] apesar das mudanças significativas na trajetória da Educação Infantil que levaram à uma concepção de infância como uma etapa singular do desenvolvimento humano, criança como um sujeito de direitos e Educação Infantil como espaço de cuidado e educação, não bastam mudanças textuais para que décadas de assistencialismo, associadas à maternagem, se esvaíam do imaginário populacional (ARAGÃO; KREUTZ, 2010, p. 37).

Assim, conclui-se que para que mudanças efetivas aconteçam no contexto da Educação Infantil, tendo em vista o pleno desenvolvimento da criança, é preciso investir em várias frentes de trabalho: formação inicial e continuada de professores, formação de gestores, trabalho de conscientização dos pais e sociedade, entre outras.

Acredita-se que a necessidade de cuidados na formação dos professores de qualquer categoria ainda está aquém do esperado apesar de algumas políticas ou documentos norteadores formarem esforços para que esse aspecto seja, minimamente, acompanhado. Espera-se muito do

professor e se dá pouco instrumento real para que o mesmo possa organizar e planejar seu trabalho de maneira produtiva e benéfica a seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o presente relato de experiência traz a possibilidade da reflexão do trabalho que é realizado nas creches, para que essas possam repensar sua atuação e tentar buscar soluções e adequações consideradas muito importantes dentro do contexto da Educação Infantil. Defendemos que a reflexão dos professores é necessária e indispensável para qualquer faixa etária e isso inclui os bebês.

É extremamente necessária a atuação do poder público enquanto órgão principal provedor de verbas e recursos, com olhar atento a esse tipo de serviço de forma a melhorar as condições oferecidas às - crianças. Além disso, sugere-se que novas pesquisas dentro desse contexto específico (filantrópico) sejam realizadas para ampliação dos dados e observações coletadas nesse estudo e que, assim, a Educação Infantil possa ampliar seu espaço e se tornar a cada dia um objeto mais pesquisado e que, portanto, poderá ser transformada a partir das questões encontradas.

O cuidar e o educar precisam ser vistos a partir de um novo olhar e uma nova práxis: ambos devem estar integrados e são igualmente importantes na educação de crianças pequenas. Faz-se necessário reconhecer quais são os objetivos que se deseja alcançar com as crianças, para assim estruturar o trabalho a ser realizado. Ademais, é preciso promover um currículo que atenda as especificidades da faixa etária, no caso o berçário. A ideia de currículo deve ser entendida como um conjunto de práticas intencionalmente planejadas e avaliadas, que tenham como objetivo central o desenvolvimento integral da criança, reitera-se.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. O Rei está nú: um debate sobre as funções da pré-escola. *Caderno CEDES* (Impresso), v.9, p. 27-38, 1991.

ARAGÃO, M.; KREUTZ, L. Considerações acerca da Educação Infantil: história, Representações e formação docente. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, p. 25-44, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/174/165>>. Acesso em: 20 mai.2017.

BEE, H. *A criança em desenvolvimento*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 568p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

COZBY, P. C. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas, 2003.

KUHLMANN JUNIOR, M. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre, Mediação, 1998.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na Educação Infantil e ensino fundamental. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 69-85, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a05.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

LURIA, A. R. O problema da linguagem e a consciência. In: _____. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1986. p.11-26.

MARTINS, L. M. O ensino e desenvolvimento da criança de zero a três anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs). *Ensinando aos Pequenos de zero a três anos*. Campinas: Alínea, 2009.p. 93-131.

PERRENOUD, P. *A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002. 232p.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p.11-20.

SILVA, J. C. O que o cotidiano das Instituições de Educação Infantil nos revela? In: ARCE, A.; MARTINS, L.M. (Orgs). *Ensinando aos Pequenos de zero a três anos*. Campinas: Alínea, 2009.p.21-50.

_____. É Hora de Trocar Fralda! Contribuições da Teoria Histórico-Cultural para o trabalho com bebês na Educação Infantil. In: ARCE, Alessandra (org.). *Interações e Brincadeiras na Educação Infantil*. Campinas: Alínea, 2013.p. 41-72.